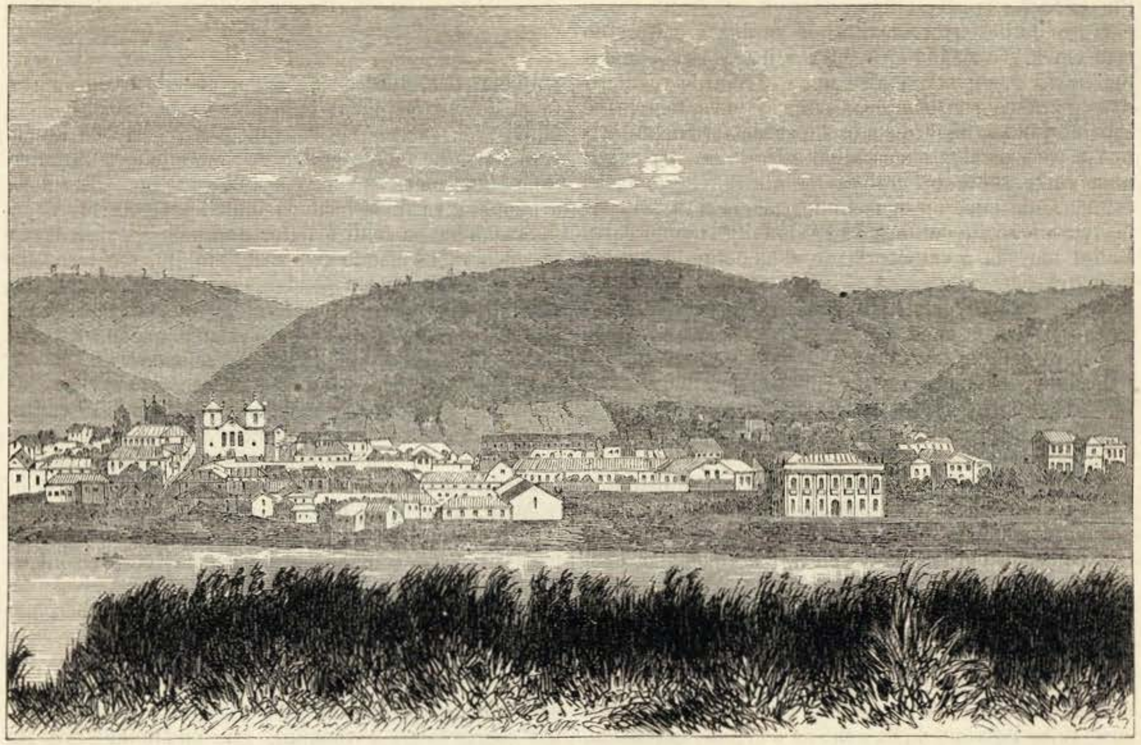


Cidade de Barra Mansa, no Brasil

O rio Parahyba tem por origem uma pequena lagôa na vertente meridional da serra da Bocaina, que faz continuação á dos Orgãos. Acha-se esta lagôa na provincia do Rio de Janeiro, a uns 25 kilometros ao norte da villa de Paraty, que el-rei D. João VI, sendo ainda principe regente, erigiu em condado em favor de D. Miguel Antonio de Noronha, irmão do ultimo marquez de Torres Novas e pae do actual conde do mesmo titulo.

Sae aquelle rio da mencionada lagôa com o nome de Piratinga; corre ao longo da serra que se prolonga com o Oceano; entra na provincia de S. Paulo, recebe a ribeira de Jacuhy e o rio Parahybuna, e na sua confluencia com este ultimo toma o nome de Parahyba, que conserva até se lançar no Oceano.

Depois de descrever um vasto rodeio na provincia de S. Paulo, onde banha varias povoações, torna a entrar na provincia do Rio de Janeiro, aproximando-se da lagôa que lhe serve de fonte. No resto do seu curso até desaguar no Oceano, recebe o tributo de diversos rios e ribeiras. Junto á foz de um d'estes affluentes, denominado ribeirão de Barra Mansa, está situada a cidade d'este mesmo nome, que dista da capital do imperio quasi 110 kilometros.

No sitio em que ora se vê a cidade de Barra Mansa não existia habitação alguma no principio d'este seculo. Era então um logar inteiramente ermo. Não tardou, porém, a ser frequentado pelos viandantes que, dirigindo-se da cidade do Rio de Janeiro para a provincia de S. Paulo, viram-se obrigados a fugir das estradas do interior, por esse tempo infestadas de salteadores, que se occultavam nas visinhas mattas, d'onde accommettiam de improviso os passageiros.

Não obstante esta precaução, reuniam-se os viajantes em ranchos mais ou menos numerosos, para assim melhor se livrarem d'aquelle ou de outro qualquer perigo, atravez de um paiz ainda em grande parte inculto e povoado de animaes ferozes ou nocivos.

Quando o sol desapparecia do horisonte procuravam estas caravanas logar em que podessem pernoitar com alguma segurança. A confluencia de dois rios offerecia-lhes, por assim dizer, um campo meio entrincheirado, pois que só um lado d'elle ficava aberto ao inimigo, o que facilitava a vigilancia e a defensa em caso de ataque.

Por esta razão, todas as caravanas, que iam de uma para outra das provincias acima nomeadas, acampavam e pernoitavam no territorio junto á confluencia do ribeirão de Barra Mansa com o Parahyba.

O desenvolvimento que teve o commercio interno, posteriormente á independencia do Brasil; e com especialidade a importancia que ia assumindo a feira de Sorocaba, na provincia de S. Paulo, fizeram crescer a tal ponto aquella concurrencia, que o arraial de Barra Mansa apresentava em certas occasiões o aspecto de uma grande povoação.

É certo que, commumente, esta accumulação de povo durava apenas algumas horas, pois que o sol nascente encontrava já levantado o arraial e toda a gente a caminho. Porém algumas vezes casos de força maior, como eram as inundações dos rios, faziam com que o arraial se mantivesse até cessar aquelle impedimento.

Apressou-se o commercio em aproveitar-se d'esta circunstancia, propondo-se a fornecer dos generos mais necessarios á vida este centro de consumo, embora temporario. Estabeleceram-se alli primeiramente algumas lojas de comestiveis, e depois algumas estalagens. No principio serviram de casas de venda mesquinhas barracas; ao diante, como a affluencia de povo fosse augmentando e o negocio tivesse successivo incremento, começaram a construir casas com mais solidez. Pouco a pouco alli vieram estabelecer-se officiaes de officios mecanicos, depois artistas, e finalmente familias abastadas, que, attrahidas pelas vantagens da situação e barateza dos terrenos, foram edificando casas para sua morada, e adquirindo terras para arrotear e lavrar.

Assim nasceu e medrou a aldeia denominada de S. Sebastião. Passado pouco tempo, em 1828, foi esta

povoação erigida em parochia com o nome de Barra Mansa, e annexada ao concelho da villa de Rezende. Em 1833 foi creada villa.

O rapido desenvolvimento que se deu á cultura do café em breve tornou prospera a villa. Abriram-se então novas ruas; adoptou-se um systema de regularidade para as construcções; edificaram-se templos e cadeia; fundaram-se duas escholas de instrucção primaria para os sexos masculino e feminino; lançou-se uma ponte sobre o Parahyba; e abriram-se diversas estradas, de mais ou menos importancia. Em fim, por decreto de 15 de outubro de 1857, foi a villa de Barra Mansa elevada á cathegoria de cidade com a mesma denominação.

A existencia d'esta terra é, pelo que deixâmos referido, modernissima; e a sua historia toda se resume nas lides e progressos da industria.

Desde 1857 tem tido extraordinario engrandecimento, graças ao vigoroso impulso dado ás communicações, e ao successivo desenvolvimento da agricultura e do commercio.

A situação da cidade, além de vantajosa, é de muita belleza, pelo realce que lhe dá o Parahyba com sua placida corrente e verdejantes margens. Posto que esteja edificada em terreno levemente accidentado, offerece bonita perspectiva a quem a contempla do rio.

Divide-se a povoação por quatro parochias, da invocação de S. Joaquim, Nossa Senhora do Amparo, Espirito Santo e Nossa Senhora do Rosario. A matriz é um bom templo, de solida construcção, e de architectura elegante e simples. Ainda não está inteiramente concluida. Proximo d'ella acha-se o cemiterio publico.

A casa da camara é o principal edificio civil da cidade. Está situado junto ao Parahyba, e mostra-o a nossa gravura. Tem nobre aspecto, e excellentes accommodações para a municipalidade e para o tribunal de justiça. Haverá um anno ainda não estava acabado interiormente no pavimento terreo. Tambem ainda faltava nivelar e regularisar o espaçoso largo que se estende em frente da fachada principal dos paços do concelho até á margem do Parahyba.

As ruas da cidade, em geral, são largas; as casas, pela maior parte, de boa apparencia, e todas resplandecendo de alvura, o que produz um bello effeito entre os verdores que por todos os lados as cercam.

Conta a cidade seis estabelecimentos particulares de educação, além dos dois subsidiados pelo governo, um dos quaes, do sexo masculino, é de instrucção primaria e secundaria. Possue uma philarmonica bem organisada, e encerra varias hospedarias, a melhor das quaes se intitula *club Barra Mansense*.

Os arrabaldes da cidade são alegres, pittorescos e bem cultivados. Ha n'elles algumas chacaras com bonitas casas de campo. As margens do Parahyba e do ribeirão de Barra Mansa apresentam sitios de muita belleza e amenidade; e as montanhas que se levantam por detraz, e a curta distancia da cidade, aformoseiam aquellas paizagens com o seu vulto magestoso envolto em um manto de perenne verdura. Do alto d'estas montanhas relanceiam os olhos do observador, para qualquer parte que se volvam, admiraveis panoramas.

O principal ramo da agricultura é o café, que dá emprego a numerosos braços, e á cidade um grande movimento commercial, havendo sempre alli importantes depositos d'este precioso genero.

O Parahyba é navegavel para embarcações pequenas, e são muitas as que se occupam em serviço de Barra Mansa, tanto no transporte de passageiros como no de mercadorias. Este rio é abundante de diversidade de peixes saborosos. Além d'isto, a cidade é farta dos generos mais necessarios á vida, e tambem é mimosa de muitos propriamente de regalo, entrando n'este numero as frutas mais especiaes do Brasil.

I. de Vilhena Barbosa.

REAL ASYLO DOS INVALIDOS, EM RUNA

(Vid. pag. 345)

II

Quem, por alvorada de maio, quando os primeiros raios do sol retingem e beijam as cristas das montanhas, chegar ao alto das Lombas, perto de Runa, verá um espectaculo admiravel, em que a natureza se ostenta em todas as suas louçanias e attractivos, quaes a imaginativa mais fecunda difficilmente crearia.

Supponha de feito o leitor que uma extensa bacia se encurva formando um vasto ambito, em torno do qual se levantam em pendores graciosas collinas, que circundam a paizagem e formam um magestoso amphitheatro, cuja cupula é um firmamento azul, limpido e transparente, alumiado pelos resplandores do sol.

Extensos vinhedos luxuriantes de seiva e vida bracejam os pampanos, e atapetam e enramam os recostos e as tapadas. Á grata sombra dos salgueiros e dos choupaes corre o murmuroso Cisandro. O trigo ondeia bafejado pela brisa e reveste as campinas feraces.

Além, á beira da estrada, em cujo leito branco se reflectem os raios solares, divisam-se umas casas ainda mais brancas, com as suas gelosias verdes, com as suas trepadeiras enfloradas.

Ao longe a serrania alpestre com os moinhos que agitam os desmesurados braços e parece que estão a porfiar com o ar subtil.

Mais ao valle, para as bandas de Torres Vedras, dois morros de calcareo tão abruptos e empinados, tão conchegados e visinhos, que andou alli mão de homem a apertar o que a natureza tinha unido, pois, segundo reza a tradição, a bacia de Runa foi em tempos mui remotos um grande paul, por falta de escoante ás aguas do Cisandro.

A meio monte, em fim, á direita da estrada, vê-se o bello e regular edificio onde os invalidos das batalhas descançam na contemplação beatifica de uma natureza luxuriante e opulenta.

E, com effeito, jámais, como alli, sorriu a natureza

«Mais loira que manhã desentrançada»,

como diz o poeta descriptivo do seu patrio Minho.

Eu cheguei a Runa nas circunstancias que ahi ficam descriptas sem atavios nem requebros.

Mal cheguei ás Lombas, com quanto viesse maravilhado das successivas paizagens, cada qual mais formosa e convidativa, em que de enlevados se me iam ficando os olhos, parei estupefacto e admirado, julgando que varinha de condão de alguma bemfazeja magica me havia descerrado os esplendores das estancias divinas.

Não me fartava de admirar, e ainda hoje a mim mesmo estou perguntando, qual a razão por que tanta gente vae peregrinar no estrangeiro para admirar bellezas do Rheno, Suissa, Italia e Escocia, quando ao pé de casa tem onde espraiar a vista, alegrar a alma e refestellar o corpo.

É proverbial o menospreço em que nós temos as nossas coisas, que todo o louvor é pouco para o que é de estranhos.

Pois, no seu genero, difficilmente se encontrará paizagem que exceda a de Runa, que reune e congraça variados predicados. [1]

III

Tinha uma alma poetica e um grande coração a serenissima princeza a sr.ª D. Maria Benedicta, irmã da rainha a sr.ª D. Maria I.

Quem lhe contemplar o retrato, que é religiosamente guardado nos aposentos que foram d'ella, e onde se

[1] A'cerca das bellezas e curiosidades naturaes de Runa leia-se no *Panorama* um substancioso artigo do sr. Vilhena Barbosa.

comprazia de viver, verá infinita bondade e doçura a ressumbrar das feições de peregrina belleza.

Não é sem uma certa commoção e um estremecimento da mais entranhada sympathia e gratidão que o viajante analysa o rosto lindo da princeza, quando ella estava no florir pleno da primavera, quando tudo lhe sorria, fagueiro se lhe descerrava o futuro, e nos braços de um esposo gentil, esperança da nação, encontrava a felicidade.

Mas não sei que vaga e indefinivel tristeza e profundissima melancolia nos confrange o coração ao dar de rosto com o retrato da princeza quando ella chegára á edade provecta. As rugas da edade haviam-lhe cavado e deformado as feições. Já o sorriso prazenteiro e alegre não lhe volteia nos labios. Os olhos estão encovados, saliente a mandibula, inferior, e a caducidade cravára a garra potente n'aquella que sempre fôra um anjo de bondade.

Em vez do carmim a purpurear-lhe as faces, reina a pallidez sombria, que é a côr da morte.

Que contraste!

A sr.ª infanta D. Maria Benedicta, filha del-rei D. José, havia desposado um principe de raras qualidades e extremadas virtudes, e que cedo baixou ao sepulchro, por desgraça d'estes reinos.

O principe D. José, filho da sr.ª D. Maria I, era um d'esses caracteres de rija e fina tempera, aquilatados pela craveira dos homens superiores.

Educado com esmeros que merecia quem havia de reinar n'uma nação que ainda então era opulenta e rica, todos fiavam d'elle, todos lhe consagravam respeito e amor.

No reverdejar dos annos arrebatou-o a morte, e a princeza viuva, se recebeu com resignação christã o golpe que a lancinava e lhe cortava cerce todas as esperanças e felicidades, jámais póde esquecel-o.

Era o principe muito amante das coisas militares, como quem n'ellas e para ellas se criára. A sr.ª D. Maria Benedicta, por um requinte de amor posthumo, que sobreviveu á mesma morte, decidiu fundar um asylo onde agasalhasse e amparasse os velhos defensores da patria.

Entre o germinar da idéa e o traduzil-a em facto quasi não medeiou um instante. Offereceu-lhe a rainha D. Maria I o edificio da Luz, onde ora está o collegio militar, mas, por motivos que desconhecemos, os quaes proviriam talvez dos instinctos poeticos que albergava n'alma, escolheu para a edificação a quinta denominada de Alcobaça, junto ao logarejo de Runa, no termo de Torres Vedras, e deu principio ás obras no dia 18 de junho de 1792.

Era grandiosa a traça, porque a princeza queria alevantar obra de vulto á memoria de seu esposo.

Proseguiu a faina e a lida com grande intensidade. Para mais de trezentos obreiros foram arrollados. De tal arte e com tanta actividade crescia a fabrica, que, passados quinze mezes, estava concluida uma grande parte do edificio.

Desgraçadamente, porém, não corriam propicios os tempos para as obras de paz.

Napoleão mandou invadir Portugal, e em 1807 partiu para o Brasil a princeza, em companhia da real familia, que assim abandonava o reino indefeso e á mercê do conquistador.

Mas ainda nas remotas paragens das terras de Santa Cruz não se esquecêra a real fundadora do seu dilecto asylo de Runa.

Lá mesmo lhe relembrava a formosa paizagem da sua terra natal, e o sentimento que presidira á erecção do monumento cada vez era mais redivivo.

Quantiosas sommas enviou para a prosecução das obras, como se infere de um livrinho escripto pelo seu proprio punho, e que está desveladamente guardado no archivo do asylo.

Em 1821 voltou ao reino a real familia, e foi primeiro cuidado da excellente e virtuosa princeza o examinar as obras do seu edificio, o qual achou muito adiantado.

Por esse tempo, como regressasse das Caldas el-rei D. João VI, visitou o asylo de Runa, e tão encantado ficou de tudo, que instou com a princeza por que fizesse a solemne abertura, para a qual era vontade sua concorrer efficazmente.

No dia 21 de julho de 1827 abriu-se, de feito, o edificio, recolhendo 16 militares invalidos. Contava então a princeza 81 annos de edade!

Ha quem se lembre d'ella, e com alguem que a viu n'esse dia tive a felicidade de conversar.

Tinha o aspecto seraphico de uma santa. Na fronte, os cabellos prateados pela edade como que lhe formavam uma aureola de bemaventurança.

Sorria com a meiguice e o amor de quem entrevê o ceo.

Tão affanosa andava, tanto e tão intenso era o contentamento, que quasi se ia finando.

Aquella alma angelica, que nascêra para o bem, para a virtude, para os gozos intimos da mais recatada castidade, toda se sorria, toda se expandia em gratissimos effluvios de amor do proximo.

Deu-lhe Deus a energia para resistir, e assim foi que presidiu á festa da abertura.

Por sua mão, e com evangelicos e esmerados cuidados, andou a servir os invalidos no refeitorio, distribuindo-lhes iguarias e sorrindo para elles, mãe carinhosa que era!

(Continúa) A. OSORIO DE VASCONCELLOS.

CARTUXA DE EVORA

(Conclusão. Vid. pag. 274)

VII

O arcebispo D. Theotonio de Bragança doou aos monges cartuxos o convento e os outros bens de raiz, por escriptura que fez em Evora, a 15 de junho de 1598, o tabellião Balthazar de Andrade. Impoz, porém, uma condição, e foi que, no caso em que os frades faltassem a certas obrigações ou viesse a acabar a communidade, revertesse tudo para o collegio de donzellas nobres desamparadas, recolhimento instituido, como já dissemos, pelo caridoso prelado.

Da historia do convento, posterior á fundação, mui escassas noticias nos restam. A 25 de janeiro de 1610 recolheu-se dentro de seus muros D. Basilio de Faria, chamado no seculo Balthazar de Faria Severim, que foi chantre da sé de Evora, e tio do celebre antiquario Manuel Severim de Faria. Esteve tres annos na Cartuxa de Evora, d'onde saiu para a de Laveiras a exercer o cargo de prior. D'este e de outros monges constava no principio do seculo passado que se conservavam no convento de Laveiras memorias manuscriptas para a historia da ordem. Em Evora não podémos descobrir senão o que temos referido, e mais a seguinte noticia que dá o padre Fialho na sua obra, nada fidedigna: A egreja nova, cujo frontispicio a gravura representa [1], deu principio o prior D. Bernardo de S. José, com 8:000 cruzados que el-rei D. Pedro II lhe mandou dar em satisfação das perdas que o convento recebeu dos hespanhoes que, ás ordens de D. João d'Austria, sitiaram a cidade em 1663. Gastada aquella somma e estando as obras muito atrazadas, mandou o mesmo rei, nos fins do seculo XVII, dar mais 18:000 cruzados para se concluirem.

Com quanto seja extremamente simples a architectura interior da egreja, fizeram-lhe a fachada toda de marmores, cuja conducção e lavor de certo foram dispendiosos.

[1] Vid. pag. 225.

VIII

Em 1834, supprimidas as ordens religiosas, consideraram-se propriedades nacionaes tanto o convento e quinta da Cartuxa, como a casa arruinada e a quinta de Val-bom, que, por serem contiguas á primeira, os frades haviam comprado depois da expulsão dos jesuitas, a quem pertenceram. Tomou o estado posse de tudo, que mandou arrendar em hasta publica, esperando que as cortes auctorisassem a venda d'estes e dos outros bens da mesma natureza. Sendo, porém, eleito deputado, logo nas primeiras eleições, o ex.^{mo} sr. Joaquim Filippe de Soure, requereu este benemerito cavalheiro que se tirasse a Cartuxa e suas dependencias da lista dos bens nacionaes que se haviam de vender, a fim de se destinar para uma eschola agricola. Deferiram as cortes, como era justo, mas, decorrendo algum tempo sem que se organisasse a eschola, e conhecendo a casa-pia da cidade de Evora o direito que tinha áquellas propriedades, por se lhe ter annexado o collegio de S. Manços, para o qual, segundo determinára o arcebispo doador, deveriam reverter, intentou a vindicação, que a final, passados alguns annos, veiu a conseguir.

Depois de ter administrado e explorado por sua conta a quinta da Cartuxa, arrendou-a em 1857 a casa-pia, por espaço de oito annos, a uma sociedade de lavradores e proprietarios, que se formou com o intuito de ensaiar na cultura d'aquelles terrenos algumas machinas modernas e novos processos agricolas. Era presidente da sociedade e director dos trabalhos o sr. Antonio Joaquim Potes de Campos, doutor em medicina pela universidade de Paris, e muito conhecedor da agricultura theorica e pratica.

Como, porém, o decreto de 16 de dezembro de 1852 determinasse a creação de uma eschola agricola em Evora, e se ignorasse quando o governo quereria n'esta parte dar-lhe execução, estipulou a sociedade no contrato do arrendamento que cessaria este logo que pretendesse aquelle organisar tão util instituição. Verificou-se esta hypothese em 1863, pelo que se dissolveu a associação agricola eborense, depois de ter explorado a Cartuxa durante seis annos, experimentando as machinas de ceifar e de debulhar, e outros instrumentos modernos, ensaiando novos estrumes e correctivos, introduzindo varias forragens não cultivadas ainda no districto de Evora, modificando mais ou menos radicalmente as rotações e systemas de cultura, e adoptando, em fim, um bom methodo de contabilidade agricola.

No mesmo anno de 1863 comprou o governo á casa-pia a quinta da Cartuxa, tomou conta da alfaia rustica e mais valores constantes do inventario, e escolheu acertadamente para director da eschola o sr. Potes de Campos, a quem se deviam todas as vantagens obtidas durante a gerencia da sociedade agricola. Nomeando, porém, este e outros empregados, não fez mais que mandar construir alguns estabulos, e não deu um só passo para a organisação do ensino agricola. Ha seis annos, pois, que o estado dispende com a Cartuxa uma somma avultada sem servir para o fim a que a destinou! Paradoxos da administração publica em Portugal!

Não queremos com isto dizer que o estabelecimento seja inteiramente improficuo tal como está. Todos no districto de Evora conhecem a utilidade do deposito hippico, e ainda nas corridas do anno passado se patentearam claramente os effeitos da influencia do sangue arabe no cruzamento das raças cavallares. Cremos tambem que outras raças locaes se aperfeiçoarão pelo cruzamento com aquellas de que ha exemplares na Cartuxa. Todavia, a quinta deve servir para muito mais. As cellas dos monges caem em ruinas antes de serem occupadas pelos alumnos que hão de substituil-os, e a provincia do Alemtejo espera debalde pelos feitores e operarios que tem de sair da eschola, cuja conclusão os nossos governos vão protrahindo, com geral prejuizo dos povos transtaganos.

A. Filippe Simões.

PADRE ANTONIO VIEIRA

A vida d'este homem eminente, que na longa carreira de quasi um seculo [1] deu á patria no velho e novo mundo provas irrecusaveis de vastissimo talento, não menos que de applicação estudiosa, e de subtil penetração nos negocios mais arduos da monarchia; que, admirado no retiro do seu cubiculo, applaudido nos pulpitos, ouvido e consultado nos gabinetes dos soberanos em tempos de maior perigo, legou por fim á posteridade, apesar de émulos e detractores, um nome imperecivel; mal poderia apoucar-se nos apertados limites de um artigo, em que as linhas nos são taxadas.

Dois abalisados engenhos tomaram a si em nossos dias a tarefa de refazer á luz da critica sisuda, e mediante novas investigações e documentos, o que da vida e feitos do celebre jesuita nos transmittíra o seu confrade e historiador, ou antes panegyrista, André de Barros, no alentado volume de folio que escrevêra e dera á luz em 1746; trabalhos que hoje logrâmos impressos, e que muito honram a seus auctores [2]. Pelo que nos pertence, já nos tomos I e VIII do nosso *Diccionario bibliographico portuguez* tivemos occasião de consagrar á memoria de Vieira dois artigos proporcionalmente extensos, nos quaes, de mistura com especies compendiadas dos biographos que nos precederam, se encontram ainda algumas particularidades a estes desconhecidas [3].

Aqui aproveitâmos o circunscripto espaço, que se nos concede, unicamente para attenuar ou desfazer, se é possivel, o conceito, a nosso ver menos exacto, em que ha sido tomada uma obra de Vieira, que não mereceria talvez as censuras que se lhe fazem, se se attendesse á epocha em que foi escripta, e ás circunstancias que determinaram a sua composição. Fallâmos da intitulada *Historia do futuro*, que appareceu pela primeira vez impressa em 1718, isto é, decorridos vinte annos depois da morte do auctor.

O bispo de Vizeu, critico aliás tão illustrado e judicioso, estranhando sem mais exame o titulo da obra, diz no tomo II, pag. 345: «Que não comprehende como se possa chamar *historia* uma *adivinhação*, uma *extravagancia*, um *monstro* que não passa de um vaticinio argumentado das victorias e conquistas dos portuguezes, que Vieira se promettia a si e aos outros no decantado *Quinto imperio do mundo.*»

Se o sabio escriptor se tivesse dado ao trabalho de ler o processo feito ao padre na inquisição de Coimbra, e que felizmente se conserva no archivo nacional, acharia n'elle a explicação d'essa singularidade que tamanha estranheza lhe causou. Em uma das petições que Vieira dirigiu ao tribunal, appensa ao mesmo processo, e que, tendo corrido muitos annos manuscripta, já hoje existe impressa [4], expõe elle em

1 Nasceu o padre Antonio Vieira em Lisboa a 6 de fevereiro de 1608, e foi baptisado na freguezia da sé a 15 do dito mez. Morreu na cidade da Bahia, então capital da America portugueza, a 18 de julho de 1697.

2 O bispo de Vizeu D. Francisco Alexandre Lobo, na *Memoria historica e critica ácerca do padre Vieira*, inserta no tomo II das suas *Obras*, de pag. 173 a 356; e o distincto escriptor maranhense João Francisco Lisboa, na *Vida do mesmo padre*, que no tomo IV das suas *Obras*, recem-publicadas posthumas no Maranhão, preenche as pag. 9 a 488.

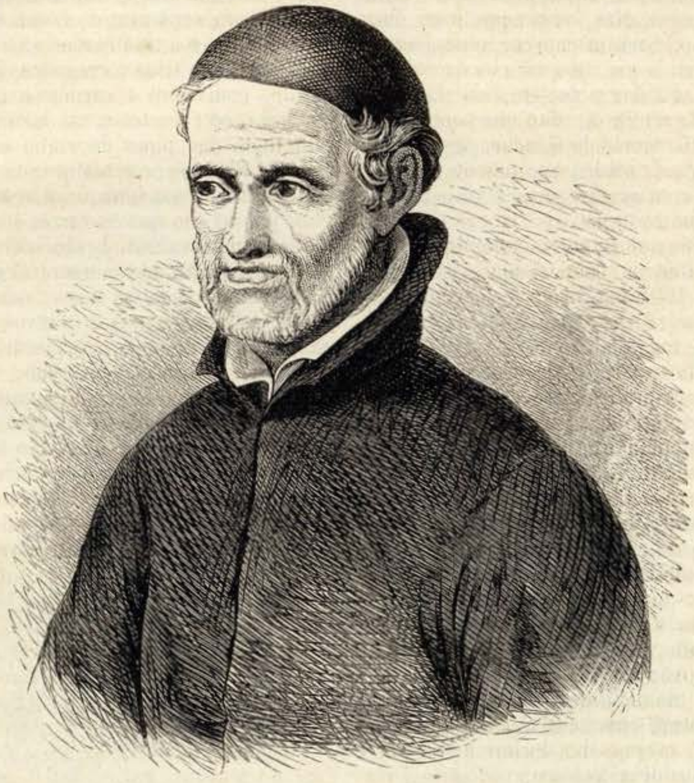
3 Vid. o tomo I, pag. 287 a 293; e tomo II, pag. 316 a 319.

4 Na edição das *Obras do padre Vieira*, emprehendida pelos srs. Antunes & Seabra, Lisboa, nos annos 1854 e seguintes, 27 vol. de 8.º gr.—A ella se reportam as citações que fazemos para diante em todo o resto do artigo.

Bom fôra que os futuros editores de taes obras tivessem á vista, para seguil-as, as considerações brevissimamente apresentadas no tomo VIII do *Diccionario bibliographico*, a pag. 318, a fim de evitar os defeitos e inconvenientes a que alludimos. Só assim se obteria uma edição completa, methodica e correcta, qualidades que faltam ás duas que até agora possuimos.

um dos *provarás*: «Que para abbreviar as materias, reconhecendo a immensidade d'ellas, buscou traça, modo e disposição com que as mettesse todas em um só discurso que intitula *Historia do futuro*, a qual vem a ser um como compendio de todas as proposições que se devem provar, sem a confusão, nem as repetições que seriam necessarias, se não fossem assim claras e digestas. E tambem tomou o disfarce do dito titulo para se poder ajudar de alguma pessoa que escrevesse, sem entender o intento da escriptura, nem revelar o segredo que lhe foi imposto...» (*Obras inéditas*, tomo I, pag. 70 e 71).

Temos, pois, explicada a *extravagancia* do titulo. Era um *disfarce*, e este procurava-se para que fosse guardado o segredo. Se o segredo era simplesmente o da inquisição, imposto pelo tribunal a todos os que communicavam com elle, ou se o padre é que desejava a obra occulta até o momento da sua publicação, fica em dúvida; e, posto que a primeira hypothese nos pareça á primeira vista sufficiente, não deixâmos de reflectir que é pouco provavel que a *Historia do futuro* se destinasse a ser encorporada no processo como peça juridica de defesa, pois de certo o não comportavam as enormes proporções da obra, se o auctor chegasse a completal-a segundo o plano por elle delineado. A parte impressa que conhecemos vae só até



Padre Antonio Vieira

o cap. XII do livro ante-primeiro, que é uma especie de introducção; e só este livro devia conter (diz elle) sessenta capitulos, abrangendo a obra toda sete partes ou livros!

Quanto ao mais, a carta ao bispo do Japão, que se intitula *Esperanças de Portugal, quinto imperio do mundo*, a mesma *Historia do futuro*, a *Clavis prophetarum* e a *Palavra do prégador empenhada e defendida*, não passam de ser outras tantas interpretações de um mesmo pensamento, mais ou menos desenvolvido, e applicado segundo as circunstancias, com este ou aquelle titulo. Em prova do que dizemos, bastará attender aos seguintes logares:

Na *Historia do futuro*, pag. 14, dá elle a este mesmo escripto o titulo *Esperanças de Portugal*. Na defesa apresentada á inquisição sobre o livro do *Quinto imperio* (*Obras inéditas*, tomo I, pag. 2) diz: «que o argumento ou assumpto d'este livro era o imperio consummado de Christo debaixo do referido titulo; mas que do intento o tinham divertido havia mais de onze annos o retiro, e as missões do Maranhão; assim que não era verdadeiramente um livro, senão o pensamento d'elle, o que tinha existido; de modo que se agora tornava ao assumpto, e o explicava e desenvolvia, a isso era obrigado pelos carregos que lhe formava a inquisição.» (Ibi, pag. 5 e 6).

Ainda na mesma *Historia do futuro* se nos deparam duas passagens, que indicam bem claramente a epocha em que foi escripta. Na primeira (pag. 12) faz o auctor uma allusão, referida sem dúvida ao processo que contra elle corria. Na segunda (pag. 27), fallando da restauração de Portugal em 1640, diz que ella se realisára havia vinte e quatro annos. Isto concorda egualmente com o que diz em varios logares das suas numerosas cartas a D. Rodrigo de Menezes, escriptas em 1665, tratando ahi repetidas vezes da obra que trazia entre mãos, e cuja primeira parte dava por quasi prompta, e em termos de se impetrar a licença para o prelo. E é d'essa mesma *Historia*, quando começada em parte, e em parte apenas esboçada, ou antes imaginada e em perspectiva, que em um dos seus accessos de vaidade, a que nos parece nimiamente propenso, mas que devemos desculpar-lhe, elle chegou a dizer: «Que era tal a grandeza e importancia d'ella, que merecia bem ser examinada por um concilio; e, em vez de perseguil-o, o santo officio devia animal-o a ir com ella por diante.» (*Obras inéditas*, tomo I, pag. 74).

INNOCENCIO FRANCISCO DA SILVA.

VILLA DA FIGUEIRA

(Vid. pag. 376)

A Figueira tem passado por uma longa serie de infortunios e calamidades.

Invadida no anno 10.. pelos sarracenos, foi por elles arrasada completamente. Nenhuns pormenores podémos averiguar ácerca d'este lamentoso successo; apenas nos consta que nem a egreja de S. Julião escapára á sanha destruidora dos barbaros, como já dissemos quando fallámos d'este templo.

No anno de 1580 soffreu o convento de Santo Antonio uma grande affronta, que é provavel se estenderia tambem á povoação. Fazendo crer que buscavam a D. Antonio, prior do Crato, entraram n'elle armados muitos soldados castelhanos, dos que Filippe II tinha de presidio em Portugal. Mas fosse aquelle ou outro o fim do seu ingresso, fizeram padecer muitos aggravos e vexames aos religiosos, os quaes os fizeram patentes ao mesmo rei. Filippe II deu-lhes satisfação por uma carta, mostrando n'ella o muito que sentia o excesso do seu alferes Gregorio de Gancheagui; e egual demonstração fez por um alvará que passou no anno seguinte, prohibindo com graves penas similhantes insultos (*Historia seraphica*, tomo IV).

Passados vinte e dois annos, novas calamidades vieram affligir esta malfadada terra. Poucos dias antes do Espirito Santo de 1602 chegaram á vista de Buarcos sete naus inglezas, e, desembarcando a gente necessaria, com muita facilidade entrou na povoação. Deixando para quando tratarmos de Buarcos a narrativa do que os inglezes praticaram n'esta villa, só diremos agora da invasão que fizeram na Figueira, apresentando a curiosa noticia que dá d'este successo o chronista dos regrantes D. Nicolau de Santa Maria:

«Chegando esta nova a Coimbra, logo se juntaram na camara o corregedor, juiz e vereadores da mesma cidade, a tratar de acudir a Buarcos, e elegeram por mestre de campo a João da Fonseca, commendador de Malta, e por sargento-mór a João de Andrade, cavalleiro do habito de Christo, e a Heitor de Sá por capitão da gente de cavallo, e por capitães da infanteria e gente de pé a Christovão de Sá, e a Bento Arraes de Mendonça, que com tanta diligencia cumpriram com seus officios, e abalaram com toda a gente que poderam ajuntar, indo no mesmo dia dormir a Pereira, e d'ahi ao outro dia dormir a Maiorca, e d'ahi-a Tavarede, e alli fizeram alto com a mais gente que acharam em Montemór-o-Velho e mais logares visinhos; porque os inglezes, depois de roubar Buarcos, vieram tambem saquear a Figueira, e o mosteiro dos religiosos de S. Francisco, d'onde se fizeram fortes com certos reparos que fizeram com suas estancias, d'onde com grossos mosquetes varejavam todos os caminhos, e matavam a seu salvo os que os queriam accommetter. D'este forte e do de Santa Catharina, que tambem tomaram, se foram uma noite com muito segredo embarcar outra vez na sua armada, sem mais perda que de 15 ou 20 homens, que, por se desordenarem, lhes mataram os nossos, e dois moços que lhes tomaram vivos.

«Era n'este tempo reitor da universidade D. Affonso Furtado de Mendonça, que determinou com os do conselho de ir em pessoa a soccorrer Buarcos com todos os estudantes e privilegiados da mesma universidade, e nomeou por capitães a Antonio da Cunha, lente de prima de leis, e ao lente de prima de medicina, e por mestre de campo a um illustre italiano que estudava na mesma universidade, e tinha sido soldado, por nome Scipião Garrafa, o mais bem disposto e valente homem, e mais alto de corpo de quantos andavam na universidade; nomeou mais por capitães dos fidalgos aventureiros a um irmão do conde da Feira, e a um filho do commendador-mór de Christo; os quaes ajuntaram a si mais de 300 fidalgos e nobres, todos com escopetas, couras, e bandas de diversas côres, que com duzentos que iam nas outras duas bandeiras, faziam numero de 500 e tantos homens. Com este luzido exercito abalou o reitor logo ao outro dia após o exercito de Coimbra, e se foi ajuntar em Tavarede.

«Estava n'esta occasião o bispo conde D. Affonso de Castello Branco em Lavãos, aonde ajuntou muito boa gente de Soure, de Pombal, de Condeixa, da Ega e da Arredinha, e estando apparelhada toda esta gente, e com grande animo para atravessar o rio á Figueira, veiu recado ao bispo que os inglezes eram embarcados e idos. Porém ainda que esta gente, e a mais que estava já em Tavarede, não chegou a pelejar com o inimigo, foi de proveito para soccorrer aos pobres de Buarcos e da Figueira, que ficaram roubados, aos quaes fizeram muitas esmolas, e deram tudo que levavam para seus gastos, assim de mantimentos como de dinheiro; e a tres barcas que mandou o padre prior geral de Santa Cruz carregadas de pipas de vinho, pão cozido, com muitos carneiros mortos e muita carne de vacca, se repartiram tambem pelos roubados, e deram duas das pipas de vinho ao mosteiro dos capuchos da Figueira, e grandes esmolas para repararem as perdas do seu mosteiro, e se vestirem os clerigos e alguns pobres, no que gastaram com grande liberalidade todos o que levavam, e principalmente o bispo conde.»

Outra calamidade memoravel succedida na Figueira foi a mortandade de mais de 5:000 pessoas, não só d'esta povoação, mas de outras terras, que, abandonando seus lares, se refugiaram n'esta villa durante a terrivel invasão de Massena, e que foram victimas da fome e do furioso contagio que então alli se ateou.

Falle por nós d'esta terrivel desgraça a seguinte inscripção commemorativa, tão elegante como expressiva e sentimental, dictada pelo genio da religião e do patriotismo, e que se acha esculpida no pedestal de um cruzeiro erigido no anno de 1812 em frente do campo que serviu de cemiterio:

anno MDCCCX.
magna parte lusitaniæ
præpotenti ac formidando
gallorum exercitu
occupata,
cunctisque gentibus
non modo ex vicina, sed etiam
e longinquo,
ut maximas belli calamitates
fugiendo vitarent,
hoc in oppido tumultuose
festinantibus,
nullumque, aut certe exiguum vitæ subsidium
secum afferentibus,
dira in advenas dominata est fames.
inde vero exorta contagione,
supra quinque millia mensibus januario,
februario martioque
anni insequentis,
extincta sunt.
quorum plerique, jubente regio magistratu,
qui, alliis quoque opitulantibus,
alimenta, quandiu potuit,
quam plurimis præbuit,
hic tandem, aut non longe
sunt sepulti.

incertos casus, adversosque treme
qui leges:
immo vero domini judicia
super filios hominum,
recta illa quidem,
sæpe terribilia,
mortalibus nunquam scrutanda
reveretor.

(Continúa) AUGUSTO MENDES SIMÕES DE CASTRO.

A «CARTA DE GUIA DE CASADOS» E OS «APOLOGOS DIALOGAES»

DE D. FRANCISCO MANUEL DE MELLO

Tivemos já occasião de encarecer o merecimento das *Cartas familiares* de D. Francisco Manuel de Mello; e pretendemos hoje recommendar aos leitores as outras duas obras do mesmo escriptor, indicadas na inscripção d'este artigo.

O que eu admiro n'essas duas obras, do mesmo modo que nas *Cartas familiares*, é a pureza da linguagem, a propriedade e a energia de expressão, o conceituoso dos pensamentos moraes e politicos, o tom humoristico do dizer do escriptor, e os ditos agudos e anecdotas que elle adduz muito a proposito.

De tudo apresentarei breves exemplos, que por certo hão de incitar os estudiosos á leitura das producções de um dos grandes escriptores do seculo XVII em Portugal.

Reparae no expressivo laconismo d'esta sentença moral:

«Quem gasta menos do que tem é prudente; quem gasta o que tem é christão; quem gasta mais do que tem é ladrão.»

Quer D. Francisco Manuel de Mello fazer sentir o quanto devemos estar de sobreaviso a respeito dos habitos ruins, pois que ao principio quasi não enxergâmos o vicio, e quando mal nos precatâmos já elle tem tomado largas proporções, e difficilmente póde ser debellado. Vêde agora o modo engenhoso por que exprime o seu pensamento:

«Nenhum vicio entra tamanho como é. Aquelle bicho que no Brasil se padece por achaque, sem falta que com providencia nol-o deu a natureza a todo o mundo por exemplo; entra invisivel, começa entretenimento, passa a ser molestia, chega a ser doença, e acontece que póde ser perigo.»

D. Francisco Manuel de Mello viajou por diversos paizes, teve trato com pessoas instruidas, frequentou a melhor sociedade, sem todavia desdenhar relações com as classes menos elevadas. Naturalmente reflexivo, recolheu observações curiosas e uteis, e tomou nota de mil ditos agudos, que muito a proposito reproduz nos seus escriptos, dando assim grande relevo aos conceitos e tornando desenfastiado o discurso.

A anecdota que elle refere na *Carta de guia de casados*, quando falla da fidelidade a que são obrigadas as mulheres para com seus maridos, é mil vezes mais expressiva e concludente, do que o seria um longo arrazoado com todo o cortejo de demonstrações e desenvolvimentos:

«Lembra-me que, estando em Madrid, tinha uma visinha muito braba, que pelejando um dia, como sempre fazia, não cessava de dizer ao marido, e com verdade: *Hermano, soy muy honrada;* e elle respondia-lhe: *Pues anda a Dios que te lo pague, que a mi cuenta no está el pagarlo, quando lo seas, sino el castigarlo quando no lo seas.*»

Um dito jocoso tem quasi sempre força para pintar defeitos ou stigmatisar aberrações ridiculas. A mulher que, apesar dos annos e dos estragos que elles fazem no que foi belleza, é ainda presumida e emprega artificios para dissimular a perda dos encantos — essa mulher, digo, será sempre o alvo da critica e dos motejos maliciosos. Tenho, porém, para mim que ainda nada se disse tão engraçado como o que D. Francisco Manuel de Mello refere na seguinte anecdota:

«O cardeal Çapata, visitando uma senhora romana velha, que estragava o rosto, pintando-o; e perguntando-lhe a velha tonta que novas havia em Italia, respondeu-lhe: *Ilustrisima señora, mui malas nuevas tenemos; por que segun las cosas corren, yo estoy viendo Soliman apoderado de Civita Vieja.*»

É de mestre o modo por que o auctor da *Carta de guia*, empregando uma similhança imaginosa, recommenda os cuidados continuos e a perseverança que a educação demanda no interesse do melhoramento da especie humana:

«Bem se vê que não basta prantar a murta no jardim, por de melhor casta que ella seja, para que o adorne, faça figuras e lavores agradaveis; é necessario torcer-lhe ás vezes os raminhos, e outras cortar-lhe as vergonteas; e comtudo nada aproveita, se perpetuamente o jardineiro a não toza e cultiva, porque viceja muito.»

As boas letras não são, não devem ser um entretenimento esteril, um mero passatempo do espirito. Por mais brilhante ou engenhoso que seja o tecido da phrase, ou a cadencia e harmonia do verso, será tudo inutil, se não contiver a expressão de verdades ponderosas, de pensamentos graves, de lições prestaveis. Poderia ser muito bem imaginada a ficção dos *Relogios fallantes;* poderia ser muito portugueza a linguagem empregada pelo escriptor; mas tudo seria baldado, se D. Francisco Manuel de Mello não seguisse o sempre bemvindo preceito do velho Horacio — *qui miscuit utile dulci.* Felizmente, porém, é essa ficção destinada a satyrisar o vicio, a melhorar os costumes, a apregoar verdades interessantes, a suscitar cogitações graves e solemnes. Assim, diz um dos relogios fallantes:

«Para beatas do meu bayrro era um cutello de dous gumes; nunca lhes dey huma hora a proposito de seus propositos, por que vim a entender por experiencia, que na mayor desta gente, e sem costumes, mora a superstição e hypocrezia.»

Na *Visita das Fontes* encontrareis a cada passo allusões sentenciosas, e verdades exprimidas do modo mais engenhoso:

«Andão os touros nas praças, fazendo tourarias; depois que (fossem Africanos ou Godos) se inventou aquella solemne parvoice de fazer jogo e festa do perigo da gente.»

«Abusos e povo são unha com carne.»

«Os antigos disserão que a necessidade era a mestra das cousas; eu antes creyo, que o apetite; agora vestido de ambição, agora de zelo, agora de interesse; por que os mais dos affectos humanos mudão de traje cada dia.»

Remontando a personagens e assumptos elevados, deixa D. Francisco Manuel de Mello cair de vez em quando algumas observações criticas, muito chistosamente expostas:

«O cortezão... que disse ao filho, vindo do Paço: Filho, vamo-nos de Portugal, porque ElRei sabe, sei eu mais que elle.»

«Ora pezêmos este fidalgo, antes que no-lo leve o vento, que elle leva.»

«...e os milhões se assentáram tão perguiçosos, que nunca mais se erguêrão daquelle assento.» (Modo imaginoso de exprimir a convicção dos povos, de que os impostos, uma vez decretados, raramente são supprimidos ou dispensados).

Não está esgotado o assumpto. Havemos de apresentar outros exemplos, de util curiosidade, de diversas passagens dos differentes escriptos de D. Francisco Manuel de Mello; e mais e mais nos convenceremos de que merece ser lido attentamente o eximio escriptor de que nos temos occupado.

JOSÉ SILVESTRE RIBEIRO.

RECTIFICAÇÃO

A pag. 340, onde se lê *eccêia*, deve ler-se *ecclĩa*, que é o abbreviativo de *ecclesia* (egreja).

TAVIRA

HOSPITAL DO ESPIRITO SANTO

(Conclusão. Vid. pag. 342)

Está situado o edificio do hospital na rua de Santo Antão e largo de S. Francisco, para onde deita a fachada, ao lado da qual se ergue a egreja. A gravura que publicámos a pag. 293, e que é cópia de uma photographia, dispensa-nos de fazer a descripção da portaria do edificio, que, além da regularidade da architectura e da solidez de construcção, não sobresae por elegancia ou belleza.

Sobre o portal está uma lapida com uma inscripção, e por cima o escudo das armas reaes. Diz a inscripção: «N. R. Hospital do Espirito Santo. Fundado em 1454 pelos esforços de alguns homens bons á sombra da protecção régia: tem sido successivamente augmentado pela piedosa dedicação dos amigos da humanidade desvalida: 1863.»

«Esta data (diz o auctor da memoria d'onde extrahimos estas noticias), refere-se ao anno em que foi reconstruida e aformoseada a fachada, fazendo-se-lhe telhados novos, ficando substituidas as antigas janellas de peito pelas de saccada que se vêem na estampa, e passando aquellas para baixo, onde apenas havia duas frestas; além de outras obras que se fizeram no mesmo anno, em que foi provedor o sr. José Antonio da Fonseca Monteiro, e mordomo o sr. Francisco Antonio do Rego.»

Dá entrada o portal para o pavimento terreo, e para um pateo arborisado e ajardinado, guarnecido de arcadas com galerias superiores, como claustros. No centro do pateo ha um poço de excellente agua.

No pavimento terreo ficam as casas da botica, sacristia e mais officinas pertencentes á egreja, cozinha e diversas casas de arrecadação, algumas das quaes serviram antigamente de enfermarias.

No andar nobre acham-se as salas da secretaria e archivo, os aposentos do enfermeiro, e as enfermarias de S. Francisco e S. Quintino. A primeira d'estas é destinada para mulheres. Tem $20^{m},40$ de comprimento e $6^{m},40$ de largura. A segunda, para tratamento de homens, conta 24^{m} de comprimento e pouco mais de 6^{m} de largura. Ambas estas enfermarias são muito claras e arejadas, e conservam-se com bastante limpeza, achando-se, além d'isso, em uma situação saudavel, pois que das janellas do edificio se descobrem, em dilatado horisonte, lindas vistas da cidade de Tavira, dos seus verdejantes e formosos arrabaldes, do rio em que se espelha e do mar que lhe fica visinho. Os enfermos são alli tratados com o maior desvelo e carinho.

«A egreja, como o hospital (lê-se na citada memoria), tem passado por um sem numero de transformações, de que apenas alguns livros antigos de contas nos dão mui escassa luz, fazendo aqui e alli muito ligeira menção de capellas e altares, cuja existencia a ninguem hoje lembra. Parece que a primitiva egreja tinha mais de uma nave, pois que a carta del-rei D. Manuel aos officiaes da casa, escripta em 13 de dezembro de 1498, tratando da fundação de um mosteiro de freiras no hospital, recommenda-lhes que cedam para esse fim uma nave da egreja.

«Antes e depois do terremoto de 1722 fizeram-se na egreja obras de alguma importancia, e mais designadamente no anno de 1727, sendo provedor Sebastião da Fonseca Pimentel. Não passaram, porém, de reparos ou reconstrucções parciaes; porquanto na petição que os officiaes da casa dirigiram a el-rei D. João V em 1746 lhe representaram — que, em razão de ser muito antiga a creação do dito hospital, se achava ao presente o material d'elle ameaçando ruina, tanto na egreja como nas mais officinas e enfermarias, o que certificavam com attestação do vigario prior do mesmo hospital, e com a declaração dos officiaes peritos que tinham examinado o lastimoso estado do mesmo templo e officinas, para cujo reparo se necessitava um mui consideravel dispendio, como se via do arbitramento de que se fazia menção na certidão que juntavam, ao qual não podiam supprir as vendas do hospital.

«El-rei, attendendo estas razões, determinou ao provedor da comarca do reino do Algarve, por portaria de 3 de setembro do mesmo anno — que lance a finta para a obra do hospital, fazendo-se a derrama por tres annos por todo o Algarve; segurando-se aos mestres de obras, que logo a devem acabar, o seu pagamento pelo decurso de tres annos.

«É, pois, innegavel que d'estes annos e seguintes data a reedificação do templo, segundo o risco que hoje vemos, bem como uma arcada do pateo e claustro, casas do enfermeiro, e a fachada do hospital como era antes de 1863...»

Porém todos estes trabalhos e sacrificios ficaram inutilisados por causa do terremoto de 1755, que lançou por terra a abobada da egreja e toda a frente do edificio.

Para esta reedificação foi preciso recorrer-se a emprestimos, caminhando as obras mui lentamente, e por tal modo que, passado um seculo, achava-se o edificio necessitado de uma nova e completa reconstrucção, á qual se procedeu como já referimos.

A egreja é pequena e de uma só nave. Além da capella-mór, tem quatro altares. Nada encerra notavel aos olhos da arte. A obra de talha doirada que adorna alguns dos seus altares não se recommenda pela delicadeza nem pelo bom gosto da esculptura.

No pavimento do templo existem varias sepulturas antigas de pessoas illustres, entre as quaes se vê a de Alvaro da Cunha, fronteiro-mór do Algarve.

O sr. Guerreiro de Aboim, na referida memoria, faz uma resenha dos principaes bemfeitores do hospital do Espirito Santo, bem como dos legados mais avultados, com os seus respectivos encargos. Tratando da receita geral, diz:

«O rendimento annual da casa com todos os legados, exceptuando o de João de Mendonça Corte Real, que o doador mandou tombar e escripturar em separado, é o seguinte: em juros, 98$220 em papel e 986$046 em metal; em foros, 104$429 em papel e 1:085$046 em metal; 227 $^{1}/_{64}$ peças de figos, que se cobram em dinheiro pelo termo médio dos preços do mercado; 3 $^{1}/_{2}$ alqueires de azeite; 342 $^{1}/_{2}$ alqueires de trigo, gasto em pão; 21 alqueires de cevada, que se vende; e 8 gallinhas...

«O rendimento do legado de João de Mendonça é: de juros, 30$615 em papel e 22$503 em metal; e em foros 296$180 em metal.»

Contém a mesma memoria muitos outros dados sobre a receita realisada em determinados annos, e ácerca da sua applicação. Com referencia ao movimento do hospital diz:

«Existiam em 31 de dezembro de 1865 12 homens e 11 mulheres. Entraram em 1866, homens 185 e mulheres 115. Saíram no mesmo anno 159 homens e 100 mulheres. Falleceram 20 homens e 14 mulheres. Ficaram existindo em 31 de dezembro do dito anno 18 homens e 12 mulheres.»

«O pessoal interno da casa compõe-se da mesa administrativa, eleita annualmente, de um capellão e cura agonisante, dois facultativos, um enfermeiro, tres servos, uma serva e um cozinheiro. O externo consta de syndico, procurador, cobrador, pharmaceutico, e quatro deputados do legado de João de Mendonça. Todos os empregados são eleitos pela mesa.»

I. de Vilhena Barbosa.